

**A Educação Superior e a Abertura Política: a representação da imprensa sobre os impactos do fim do Regime Militar no ensino superior no RS (1985-1988)**

**Gisele Becker**

Historiadora, doutora em Comunicação Social pela PUCRS e docente do Centro  
Universitário Feevale. E-mail: [giseleb@feevale.br](mailto:giseleb@feevale.br)

**Resumo:** o momento de reabertura política no Brasil a partir de 1985 representa um contexto de reformulação do ensino superior, a partir de uma proposta de democratização das discussões no âmbito acadêmico e formação de uma universidade voltada para a comunidade. A imprensa local abre espaço para as novas reivindicações de mudanças no ensino superior feitas não apenas pela comunidade, mas pelos dirigentes das instituições. Pretende-se, portanto, analisar a fala da imprensa sobre o impacto do fim do regime Militar na organização do ensino superior no vale dos Sinos, onde, através da consolidação do Centro Universitário Feevale, busca-se a estruturação de uma Universidade do Futuro, em consonância com as expectativas geradas pela reabertura política.

**Palavras-chave:** imprensa; educação superior; Abertura política.

**Abstract:** the reopening moment politics in Brazil from 1985 represents a context of reformularization of superior education, from a proposal of democratization of the quarrels in the academic scope and formation of a university come back toward the community. The local press not only opens space for the new claims of changes in superior education made for the community, but for the controllers of the institutions. It is intended, therefore, to analyze what the press said about the impact of the end of the Military regimen in the organization of superior education in Vale dos Sinos, where, through the consolidation of the Centro Universitário Feevale, it searchs formation of a University of the Future, in accord with the expectations generated for the reopening politics.

**Keywords:** press; superior education; Opening politics

No momento de abertura política no Brasil, a partir do ano de 1985, com o fim do Regime Militar, ao mesmo tempo em que os brasileiros se questionam sobre os rumos que seriam tomados na política nacional daí por diante, em clima de expectativa e euforia, os espaços que seriam reservados para as novas discussões que se faziam necessárias se viram

2

diante de um contexto de grande crise: as instituições de ensino superior, antes envolvidas em um projeto nacional de transformação do Brasil em um país-potência, produzindo a mão-de-obra para o país projetado pelos militares, agora encontravam-se diante de uma situação absolutamente nova: a universidade, agora, deveria ser o berço da discussão democrática, da educação para a participação; o espaço propício não apenas para a construção do conhecimento, mas para o debate, a discussão, a abertura, o envolvimento com a comunidade. Uma universidade que devesse transcender seus muros e interagir com o meio, com a sociedade.

A imprensa nacional acompanha este processo, entretanto, com olhar preocupado frente aos novos tempos: constrói uma fala de que houve a proliferação de Instituições de Ensino Superior durante o regime Militar mas que não houve um correspondente investimento em recursos, havendo maior preocupação, por parte dos militares, com a quantidade de alunos em sala de aula do que com a qualidade da educação trabalhada. Pretende-se, portanto, neste estudo, analisar esta fala construída sobre a educação superior no momento da Abertura Política no país, entretanto, com o olhar voltado para a região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. A imprensa local, representada pelos jornais NH, Zero Hora e Correio do Povo, preferencialmente, constroem um discurso de inovação, participação e democracia que deveriam balizar, naquele momento, as instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul. A respeito do Vale dos Sinos, a fala da imprensa se soma à das próprias instituições: ao mesmo tempo em que o Centro Universitário Feevale veicula a idéia de formação de uma universidade do futuro, em campanha que ocupa as páginas dos jornais, fóruns de reitores, professores e comunidade acadêmica discutem a necessidade de um novo direcionamento ao ensino superior, de forma a acompanhar as transformações políticas e econômicas pelas quais o Brasil vinha passando: a necessidade da modernização, de um olhar mais voltado para a comunidade na qual a instituição se encontra inserida, de democratização. A mídia, desta forma, constrói a história e consolida a proposta educativa desenvolvida no Vale dos Sinos.

Com relação à análise das fontes, buscou-se embasamento no referencial teórico que discute a relação entre a História e a Imprensa, pautando a utilização da fonte jornalística no trabalho historiográfico. A partir de tal perspectiva, considera-se que o jornal não retrata fielmente a realidade em que está inserido, mas a representa através de diferentes

3

olhares. Neste sentido, entende-se os jornais enquanto arquivos que representam um cotidiano. Apesar de o jornal ter a proposta de publicar o fato real, ele não se constitui na verdade inquestionável, ainda que ofereça contribuições importantes à historiografia recente, pois pertence a um grupo com determinada visão de mundo ou objetivos implícitos. De acordo com Maria Helena Capelato,

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas.<sup>1</sup>

Neste sentido, salienta-se a importância do questionamento do conteúdo publicado, bem como o posicionamento tanto do escritor dos artigos dos periódicos quanto do próprio leitor, que recebe as mensagens. Atualmente, no campo de estudos da Comunicação Social, não mais se entende o público leitor como receptor passivo do conteúdo jornalístico, mas como ingrediente ativo no processo comunicacional. De acordo com Juan José Saer,

um escritor não pode se definir por um elemento exterior à práxis da escrita. O escritor é um homem que possui um discurso único, pessoal, e que não pode pretender, ao que me parece, assumir nenhum papel representativo. Um escritor só representa a si mesmo. (...) Os dados extra-artísticos, nacionalidade, extração social, 'espírito do tempo', influências culturais, etc., são completamente secundários. Os verdadeiros criadores só representam sua época se eles a contradizem.<sup>2</sup>

No início de 1986, já tendo se consolidado o governo Sarney, as críticas da imprensa pesam sobre a falta de recursos das instituições de ensino superior, os vestibulares suspensos e os novos direcionamentos que vinham sendo tomados pelo presidente. Em artigo intitulado *O insaciável ensino superior federal*, aborda-se os gastos do governo com as universidades federais. O texto faz críticas ao governo Sarney:

transformar o homem brasileiro, senão tanto o de hoje, pelo menos o de logo mais, que é a criança e o adolescente de agora, em um ser integrado

na civilização da qual vive à margem é o mais sólido e justo caminho que vislumbramos para a plena humanização e modernização do país. O governo Sarney, cujo discurso versa sobre o 'social', deveria perceber de vez que, nesse campo, saúde e educação (e não certas medidas demagógicas) são o essencial, nuclear.<sup>3</sup>

O texto já vinha ao encontro da nova proposta necessária ao ensino superior, mas especialmente para a urgência de medidas concretas para a pretendida modernização do país, aqui entendida como um processo que possibilitasse a democratização. Pouco tempo depois, durante o mês de julho, a imprensa destaca a reforma que vem sendo empreendida no interior das universidades, indicando que as instituições mudaram com a retomada democrática:

A proliferação de conflitos em diversas entidades de ensino superior do estado, no primeiro semestre deste ano, revelou que estas entidades começam a mudar seus sistemas de administração interna. A exemplo (ou como conseqüência) do que ocorreu no País em março do ano passado, com o término do regime militar. É provável que os dois fatos, separados pelo espaço de 12 meses, tenham mais ligação do que à primeira vista aparentam. Diretores, presidentes ou reitores que se perpetuaram no setor educacional enquanto o Brasil vivia sob uma carência democrática visível, agora foram substituídos.(..)

Não é justo, no entanto, culpar os políticos por tudo de ruim que aconteceu nestas entidades. Mas é necessário recordar a aproximação dos partidos que governaram o País, os Estados ou mesmo os municípios, forçando o estabelecimento de uma relação direta nas liberações das verbas. Não se sabe se essa dependência político-financeira terminou. Em Santa Maria, pelo menos até maio, residiam as maiores desconfiças quanto a isso. (...)<sup>4</sup>

Durante o mês de abril, as mudanças pretendidas nos rumos da educação já vinham sendo discutidas pelos jornais. A possibilidade da instalação de uma nova Constituinte, vislumbrada para 1988, assinalava que alguns elementos já estavam sendo consolidados. Considera-se, como saldo positivo, as definições dos novos rumos, bem como a mobilização universitária gerada em torno da questão. As instituições de ensino superior se viram obrigadas a rever suas práticas e abrir espaço para a democratização. Considera-se, em meados de 1987, um maior amadurecimento da proposta trazida pela Abertura Política. Enfatiza-se a importância de uma maior convergência de vontades para que a proposta fosse levada a termo: "Ainda que muitas mudanças dos conteúdos, da estrutura, dos procedimentos e da destinação do trabalho universitário não tenham se concretizado, é indiscutível o avanço em termos da travessia percorrida".<sup>5</sup> Em complemento a esta idéia, ainda no mesmo mês, em

5

discussão sobre a relação entre a Universidade e a Comunidade, o jornal Zero Hora publica que “A Universidade deve ser um centro permanente de difusão e de provocação cultural, estimulando a sociedade que a sustenta, ajudando o desenvolvimento econômico pela pesquisa e a divulgação tecnológica, auxiliando as administrações locais e o empresariado, estimulando as vocações artísticas e literárias e a curiosidade científica da população”.<sup>6</sup>

Neste contexto, percebe-se, através da fala da imprensa, uma preocupação em devolver ao meio universitário o estigma de gerador de novas idéias e de fator relevante no processo de desenvolvimento social, através de uma educação com maior solidez democrática. São propostas reformas universitárias, mudanças na administração interna das instituições, maior incentivo à pesquisa. Reivindicam-se mudanças nas instituições de ensino superior para que haja a proliferação da aprendizagem, e não apenas do ensino. Estes princípios norteadores de uma nova fase no Brasil pós-regime militar se tornariam os princípios e metas da Feevale, cada vez mais assinalados pela instituição: a proposta de uma universidade preocupada com a comunidade na qual está inserida, e não fechada em si mesma. A imprensa trabalha a idéia de que a construção da universidade do futuro é tarefa dos dirigentes e de toda a comunidade universitária, havendo um compromisso social.

A imprensa local, representada pelos jornais NH, Zero Hora e Correio do Povo, preferencialmente, constroem um discurso de inovação, participação e democracia que deveriam balizar, naquele momento, as instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul. A respeito do Vale dos Sinos, a fala da imprensa se soma à das próprias instituições: ao mesmo tempo em que a Feevale veicula a idéia de formação de uma universidade do futuro, em campanha que ocupa as páginas dos jornais, fóruns de reitores, professores e comunidade acadêmica discutem a necessidade de um novo direcionamento ao ensino superior, de forma a acompanhar as transformações políticas e econômicas pelas quais o Brasil vinha passando: a necessidade da modernização, de um olhar mais voltado para a comunidade na qual a instituição se encontra inserida, de democratização. A mídia, desta forma, constrói a história e consolida a proposta educativa desenvolvida no Vale dos Sinos.

Entretanto, é interessante assinalar que, em meio a este contexto de euforia pelo “novo”, uma série de problemas são verificados. Em um contexto de adequação à nova realidade pretendida, as instituições de ensino superior tornam-se mais expostas à

6

comunidade, em função da necessidade de revisão de todo seu sistema interno e de uma articulação maior com a comunidade acadêmica.

Indício das dificuldades é o decreto assinado em fevereiro do mesmo ano, pelas autoridades governamentais (Decreto nº 95.720), permitindo às entidades de ensino no País o ajuste de seus preços de acordo com a verdade de seus custos, dentro da difícil conjuntura econômica então vivida, retomando um princípio já antes trabalhado pelo governo dos militares: a *liberdade vigiada*. Esperava-se, com o decreto e o princípio, a comprovação dos devidos valores, em demonstrativos abertos à comunidade, ou mesmo aos Conselhos de Educação, como foi manifestado pela Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior: “Nesta hora de respeito ao imperativo da austeridade nacional, os educadores privados estão plenamente conscientes da sua responsabilidade no auto-ajuste de preços, da contenção de seu impacto na coletividade, sempre visando à constante melhoria da qualidade do ensino e a plena consolidação da democracia brasileira”.<sup>7</sup>

Pouco tempo depois, em função de acusações de irregularidades quanto aos valores apresentados, o decreto é revogado pelo presidente José Sarney, o que provocou algumas insatisfações. Norberto Rauch, reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, critica as decisões que foram tomadas, em texto do jornal Zero Hora: “... entende que a revogação do decreto da ‘liberdade vigiada’ traz grave prejuízo moral para as instituições, ‘porque todos os dados e acusações foram levantados com muita superficialidade, sem a devida comprovação e análise’”.<sup>8</sup> Em tom crítico, o reitor da PUC salienta que “parece que querem condenar o país à mediocridade pela força, impossibilitando instituições sérias de desenvolverem um projeto educacional eficiente e continuado.”<sup>9</sup>

Em maio de 1986, o jornal Zero Hora aponta para os interesses do Executivo em promover uma maior integração com o ensino superior, refletindo uma preocupação com o desenvolvimento de uma *visão de mundo comprometida com o futuro*, citando a fala do secretário da Coordenação e Planejamento, Cláudio Accurso, um dos palestrantes do Seminário de Integração das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento da Região Sul: “Precisamos nos habilitar para a revolução industrial que está em curso’, justifica o secretário, ‘sob pena de perdermos o passo da história e ficarmos atrasados’. Para ele, o relacionamento das instituições de ensino superior com o desenvolvimento regional ainda é precário e embrionário. ...”<sup>10</sup>

7

A mesma questão continua a ser abordada na edição seguinte, onde comenta-se sobre as falas das autoridades que estiveram presentes no evento. Identifica-se que as universidades já têm preocupação com o desenvolvimento regional, sendo decepcionante quando o governo apresenta ‘pacotes prontos’ para este desenvolvimento. As soluções e respostas também devem partir das universidades, e não vir prontas do Executivo. É publicado que somente agora o governo está se abrindo às críticas: até este momento, governo e universidades eram “segmentos que não se cruzavam”.<sup>11</sup>

Em julho, é soado um alarme entre as instituições de ensino superior sobre as medidas que em breve seriam tomadas pelo governo federal, que anunciaria um novo pacote para a política industrial brasileira. O pacote, na visão de muitos, atingiria as universidades, conforme salientou, em reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad), o professor Marco Antonio Nascimento Pereira, da Universidade Federal da Bahia. O Jornal Zero Hora acompanhou as discussões do Conad e destacou a fala do professor, em tom alarmante:

chamou a atenção dos presentes para as conseqüências nocivas que o novo pacote da política industrial anunciado pelo Governo trará para a universidade. Para ele, o que se pretende é a reedição do afamado projeto Geres, lançado em 1986 e que teve a imediata rejeição das comunidades acadêmicas, que atrelava as instituições de ensino superior aos interesses do capital monopolista nacional e internacional. O economista baiano ressaltou, ainda, que a destinação de 8% do imposto de renda da pessoa jurídica para a geração de tecnologia pode significar "o esvaziamento da pesquisa universitária, em função da constituição de institutos de pesquisa ligados às empresas". Para o palestrante, o pacote governamental visa possibilitar ao País que este se modernize tecnologicamente, direcionando a economia para a exportação, como forma de pagar os juros da dívida.<sup>12</sup>

No mesmo mês, ainda sem dimensionar as outras dificuldades que a educação superior enfrentaria no ano de 1988 e no que seguiria, Cristovam Buarque, então reitor da Universidade de Brasília, publicou no jornal NH um texto intitulado Universidade Progressista, onde fez uma retomada histórica sobre o papel da universidade em tempos de ditadura e as transformações que, aos poucos, vinham sendo observadas. Para Buarque, os sintomas da crise universitária vivida no momento da redemocratização decorrem de única causa: a perda do papel de vanguarda antes ocupado pela universidade brasileira.



Acentuando a ligação entre o papel da universidade e o contexto nacional, bem como o modelo de desenvolvimento proposto pelos militares, o reitor assinalou que

Ela [a universidade] nasceu lutando pela liberdade e pela formação de mão-de-obra para construir o futuro do país. Simultânea ou separadamente, estes dois objetivos estiveram presentes e serviram de motivação básica para a universidade. Os anos 60 e 70 foram ainda mais privilegiados. Além da luta pela conquista da liberdade e do desafio de desenvolver ciência e tecnologia que alimentassem o desenvolvimento, a universidade dispunha do objeto ideal para a crítica: o perverso modelo social, político e econômico. Tinha também recursos abundantes para atender o crescente contingente de candidatos ansiando por penetrar, através das portas da universidade, no novo mercado consumista do país.<sup>13</sup>

Entretanto, esse vanguardismo, na opinião de Buarque, cedeu, nos anos 80, com a configuração de uma *Nova República*, dando fim a uma era de heroísmos e de resistência:

Acabou a confiança na utopia que a ciência e a tecnologia proporcionariam ao país. Em seu lugar, a estagnação do pensamento ou a consciência de que tudo o que possibilitamos - hidrelétricas e centrais nucleares, transplantes de corações, fábricas de aviões, e montagem de 8º parque industrial do mundo, a ligação do país por estradas e satélites, a formação de dois milhões de profissionais - nada resolveu. Até agravou a fome, as dívidas, as doenças endêmicas, o analfabetismo, a dependência e a instabilidade do país.<sup>14</sup>

O que ele chamou de heroísmo de resistência teria dado lugar a um outro tipo de heroísmo: a era das greves sem prisões e sem descontos de salário. O mais grave parece ser, na opinião de Buarque, na falta de esperança de melhorias do povo brasileiro, que sempre existira em tempos de ditadura, mas que, diante da conjuntura de final dos anos 80, parecia esmorecer. Indícios, para o autor, de uma crise (na educação, nos planos de salários, na distribuição de renda) que se instalaria nos anos 90:

Terminou o heróico e brilhante período da simples crítica contra a ditadura, a dívida, a concentração da renda. E caímos na realidade de não termos alternativas a propor. Ainda pior: vemos muitos de nossos colegas chegarem ao governo para tentarem o mesmo de antes, com métodos similares e fracassarem com a mesma ou ainda maior dramaticidade do que aqueles que antes criticávamos.<sup>15</sup>



Entretanto, a crise instalada e a perda do papel de vanguarda das universidades não é vista por Buarque como sinal de decadência: mas como indício de que é necessário um momento de retomada, e que esta seja verificada não apenas na teoria (a universidade como espaço facilitador de uma democratização do saber, como pretendido no momento), mas através de novas atitudes: uma *nova vanguarda*, adaptada ao novo momento, e *definitiva opção pela decadência do comodismo*:

Felizmente, a universidade está em crise. O contrário seria o suicídio pela alienação. Estamos em crise porque percebemos nossas contradições. Não compactuamos com os erros na Nova República, mas não temos alternativas. Isto nos incomoda. Não queremos perder o nível de consumo, mas nos envergonha fazer greves para manter os níveis salariais 15, 20, 40 vezes superiores aos de um trabalhador. Continuamos sabendo da importância de nossas ciências e da mão-de-obra que formamos, mas temos consciência de que elas não acompanham a velocidade dos países desenvolvidos e não estão comprometidas com o presente ou o futuro de nosso povo. Sabemos que nossos alunos não praticarão o que lhes ensinamos, e isto destrói o nosso humor.<sup>16</sup>

Para tanto, seria necessário, às universidades, rever seus conceitos e suas práticas, na tentativa de desapego “ao papel tradicional de formar mão-de-obra para um mercado sem futuro. O conceito de si como única legitimadora do saber. Se for capaz de livrar-se de todos estes preconceitos e amarras a universidade estará pronta para retomar a posição de vanguarda, sem a qual perderá a razão de existir.”<sup>17</sup>

A mesma opinião continua sendo defendida pelo jornal no mês seguinte. Publicando entrevista realizada com Demerval Saviani, Zero Hora continua enfatizando o quanto a sociedade brasileira fora atingida pelo governo dos militares, privada de uma maior aproximação com as universidades e do âmbito da discussão:

salientou que durante todo o período de autoritarismo a maior parte das atividades da universidade se desenvolveu divorciada dos interesses da população e que, agora, avançar no processo democrático significa não apenas alterar os mecanismos de funcionamento e gestão da instituição, mas também articulá-la com a sociedade.<sup>18</sup>

10

As críticas estabelecidas não se referem apenas a um passado muito recente, mas às próprias dificuldades encontradas em inserir o meio universitário dentro dos novos parâmetros sugeridos de desenvolvimento. Pretende-se uma maior articulação com a sociedade, mas, de acordo com os espaços opinativos dos jornais, existe, neste momento, uma grande dificuldade de implantação da meta. Percebe-se que, apesar do discurso de democratização, há a falta de recursos, de atitudes, de projetos, de planejamento, o que deixa a universidade aquém do que se espera em tempos de reabertura política e retomada da democracia.

O jornal Zero Hora publica, logo nas primeiras páginas da edição de 26 de agosto do mesmo ano, texto assinado pelo professor universitário José Luiz Nunes, intitulado *Função e crise na universidade*, em temática que vem se repetido no jornal diversas vezes. No texto, considera-se que a universidade brasileira está mergulhada na maior crise de sua história, com processo de expansão e aprimoramento estagnado, apesar dos novos investimentos. Entretanto, de acordo com Nunes, “não há recíproca do investimento. A integração universitária com a comunidade obedece a artificialismos tais que anulam todos os esforços feitos nesse terreno.”<sup>19</sup>

O texto publicado adverte para o grande causados da crise nas universidades: a própria organização interna das instituições, que não foram estruturadas para promover a discussão, mas para emitir diplomas, situação da qual não consegue se desvincular. O excesso de burocracia presente nestes espaços parece ser o maior entrave para as novas propostas:

na verdade, o que falta é uma agressão maior à própria crise, que deve partir do próprio meio universitário. Nossa universidade converteu-se, nestes últimos anos, num ‘escolão’ expedidor burocrático de diplomas e títulos, quando sabemos que a função da universidade é muito mais nobre, singular, abrangente e inesgotável. Lamentavelmente, a universidade continua em seu perene e improdutivo isolamento. Cursos limitados a determinadas minorias, a extensão universitária se traduz em tentativas corajosamente isoladas, neste contexto infeliz; e, o pior, a maioria esmagadora dos cientistas universitários brasileiros não faz jus às bolsas que recebem do governo, uma vez que não difundem à sociedade os

resultados de suas teses, ficando elas enclausuradas nas unidades dos institutos universitários; a dedicação exclusiva ou o tempo contínuo são extremamente mal-aplicados, a produção universitária é ínfima, face aos re-cursos públicos e privados que são dispendidos. E o que resta é a lamúria de que universidade-sociedade não se coadunam, aquela não representa a sociedade em sua extensão e problemática e a sociedade que se insere nos limites da universidade é parcela mínima e menos sofrida e, mesmo assim, apenas recebe conhecimentos pisados e repisados.<sup>20</sup>

De qualquer forma, os textos publicados pelos jornais entre os anos de 1986 e 1988 apontam para a formação de um discurso uníssono: a necessidade de se repensar a universidade brasileira; de repensar um contexto; de repensar a integração entre universidade e comunidade. Qual seria o papel, que funções seriam estabelecidas para a universidade neste novo Brasil que se configura neste momento? Possivelmente, uma universidade de voz ativa, para intervir no desenvolvimento do país. Uma universidade inovadora, com capacidade de impulsionar uma revolução tecnológica. A necessidade de preparo maior destas instituições apontaria para o futuro do Brasil.

---

<sup>1</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998

<sup>2</sup> *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de outubro de 2000, Caderno Mais!, p.12.

<sup>3</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 de maio de 1986, p.3.

<sup>4</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 de julho de 1986, p.43 e 44.

<sup>5</sup> INF. Dois Pontos, 15 de abril de 1987, p.2. *Editorial*.

<sup>6</sup> *Zero Hora*, 19 de abril de 1987, nº 7790, p.2.

<sup>7</sup> *Jornal de Brasília*, Brasília, 16 de março de 1988, p.3.

<sup>8</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 de abril de 1988, nº 3261, p.41.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> *Zero Hora*, 26 de maio de 1988, nº 8925, p.34.

<sup>11</sup> *Zero Hora*, 27 de maio de 1988, nº 8926, p.35.

<sup>12</sup> *Zero Hora*, 04 de junho de 1988, nº 8301, p.32.

<sup>13</sup> Nh, 31 de julho de 1988, caderno de domingo, p.3.

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 de agosto de 1988, nº 8387, p.43.

<sup>19</sup> *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 de agosto de 1988, nº 8338, p.4.

<sup>20</sup> *Idem.*

12